

## Apresentação

**E**m sessão plenária no PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DA ATIVIDADE TURÍSTICA, realizado de 5 a 7 de dezembro de 1999, na Pousada do Rio Quente, Região das Águas Quentes (municípios de Rio Quente e Caldas Novas), Estado de Goiás, por decisão unânime se deu a elaboração para o conhecimento e divulgação pública nacional da CARTA DE GOIÁS. O documento contém as diretivas da AGENDA ÚNICA NACIONAL, que deverão nortear as estratégias das principais ações e medidas prioritárias visando a eliminar de vez os gargalos do Turismo no Brasil.

Foram escolhidos cinco macro temas para as plenárias, quais sejam:

Competitividade, Infraestrutura, Transporte, Financiamento e Legislação. Todos analisados e debatidos também por pesquisadores e professores das universidades brasileiras, fato este, inédito no país. As propostas que deverão nortear a Agenda Única Nacional, dentro de cada macro tema são financiamento, legislação, competitividade, transporte e infraestrutura.

A Carta de Goiás inaugura e introduz uma sequência de encontros nacionais do turismo, dos únicos representantes autorizados e qualificados para fazer o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro de forma planejada, integrada e interativa em todos os níveis do Poder público, bem como, nas diversas formas da iniciativa privada e das organizações sociais em conjunto com o conhecimento, a técnica e a pesquisa acadêmica. Em suma, a aliança permanente, dinâmica e articulada entre o Legislativo, o Executivo, os empreendedores e a comunidade científica.

Em 15 de março de 2000, o documento foi entregue ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelas mãos do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUR, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, representando todo o trade do Turismo. A CARTA DE GOIÁS é uma iniciativa da Frente Parlamentar do Turismo – PARLATUR, da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, do Ministério do Esporte e Turismo, da EMBRATUR, do Conselho Consultivo do Turismo Nacional e da comunidade científica e acadêmica do turismo

brasileira, com a presença do Ministro do Esporte e Turismo, do governador do Estado de Goiás, presidente da EMBRATUR, presidente da AGETUR, e a participação de secretários de estado e dirigentes estaduais e municipais do turismo, prefeitos e vereadores de municípios turísticos, presidentes de todas as entidades representativas do setor, trabalhadores em Turismo e Hospitalidade representados pela CONTRATURH, deputados da Parlatour e da Subcomissão Permanente de Turismo da Câmara dos Deputados, deputados estaduais, diretores e professores de faculdades de turismo e hotelaria.

# 1º Congresso Brasileiro de Atividade Turística

## CARTA DE GOIÁS Agenda Única do Turismo Nacional

## COORDENAÇÃO GERAL

Vadis Luiz da Silva  
Nara Regina Spada da Silva  
Ana Forte

## COLABORAÇÃO

Rodrigo Borges  
Estivallet Teixeira  
Mirtis Lino de Oliveira  
Daniel Amparo Quezado  
Maria José do Prado  
Mirtis Quezado  
Antônio Sérgio Paiva  
Osvaldo de Oliveira  
Jean Carlos Barreto Linhares  
Carlos César Chagas Arantes  
Ângela Simões Bezerra  
Shiguero Shintako  
Renato Gomes Dias da Câmara  
Nadja Cristina L. Freire  
José Ricardo de Oliveira Silva  
Bruno Ludovico  
Célia Maria Baldini  
Diogo Nascimento  
Mônica Costa Priscila Gualba

## COORDENAÇÃO TÉCNICA

### Plenária 1 — Competitividade

Profª Carmélia Anna Amaral — Painelista  
Mara Vanessa — Moderadora

### Plenária 2 — Infra-estrutura Plenária

Dra Dóris Van de Meene Ruschmann — Painelista  
Celso Crocomo — Moderador

### Plenária 3 — Transporte

Dr. Mário Carlos Beni Painelista  
Francisco Mesquista — Moderador

### Plenária 4 — Legislação

Professor Luiz Carlos Bodstein — Painelista  
Zita Gomes da Silva — Moderador

### Plenária 5 — Financiamento

Profª Débora Weiner Vieira — Painelista  
Dagmar Cremer — Moderador

## PREFÁCIO PROFESSOR MÁRIO PETROCCHI

Uso intenso do fator mão de obra, pelo turismo, realça sua importância estratégica em um país com tanta necessidade de gerar empresas.

A “Carta de Goiás” é um diagnóstico: o diagnóstico é o princípio e imprescindível passo para o estabelecimento de estratégias e do planejamento das ações para o desenvolvimento do turismo.

O fenômeno do turismo é resultado de muitas variáveis, impactando o meio natural e meio urbano, a ambiência social e cultural. Por isso uma região, para ter sucesso com o turismo, precisa se voltar inteira para a atividade.

Daí deriva a enorme importância do bacharel em turismo. Esse profissional precisa tomar convergentes os esforços dos engenheiros, empresários, arquitetos, educadores, publicitários, profissionais em saúde e em tantas outras áreas.

Além disso cabe também ao bacharel em turismo passar para a população a importância dos impactos socioeconômicos do turismo, atuando como um verdadeiro missionário de uma atividade econômica que muito tem a dar para a prosperidade do Estado de Goiás e do Brasil.

Goiás possui imenso potencial turístico e uma localização que lhe garante amplo mercado. O Estado precisa evoluir na gestão do turismo e uma gestão exige o envolvimento de toda a sociedade.

Esse é o desafio do turismo: a conveniência de esforços e a necessidade da causa social e política.

Existem muitas regiões que detém imenso potencial turístico e onde o turismo não acontece enquanto atividade econômica, com toda a capacidade de gerar empregos, renda e promover incremento na arrecadação de impostos. Em outra, o turismo acontece, porém sem qualquer ação coordenada e integradora entre Poder Público, empresas e sociedade.

Crescimentos desordenados, promovidos pela devastadora especulação imobiliária, têm prejudicado seriamente o turismo em dezenas de cidades brasileiras.

De acordo com a pesquisa da Embratur de 1998, no mercado interno, o Brasil apresenta o modesto índice de 0,23 turista por habitante. Olhando positivamente, há um enorme espaço para o crescimento do turismo no Brasil. Porém, tal crescimento passa pelo desafio do sertão.

E esse desafio se inicia pela necessidade de um diagnóstico, a partir do qual poderão ser delineadas as estratégias e os programas de trabalho.

Daí a importância da Carta de Goiás, documento que reúne um lúcido diagnóstico do turismo brasileiro, oferecido ao Governo Federal e à toda sociedade, estimulando ações concretas em busca de soluções. Os estudiosos do turismo têm na Carta de Goiás um instrumento preciso para conhecimento e reflexão sobre a nossa realidade.

MÁRIO PETROCCHI,  
Professor e Consultor em Turismo

## INTRODUÇÃO

**E**xpressivo contingente de novos viajantes já preparam suas malas para conhecer novas destinações turísticas. Sua imaginação criativa, sonhadora e especulativa, alimentada por desafios e pela comunicação global da Internet/TV a Cabo, na profusão de novas publicações nas revistas e jornais, transpõe os limites de seu horizonte mergulhando-o na virtualidade do concreto imaginado.

O mundo já penetrou no alvorecer de um novo tempo do turismo, uma nova era de viagens em escala maciça, verdadeiramente global. Pessoas das mais variadas classes sociais e de todos os países viajam para todos os quadrantes do Planeta.

Os impactos econômicos do Turismo têm sido constados por estudos e informações estatísticas de Contas Nacionais, em muitos países do mundo. O tráfego turístico internacional deve registrar no ano 2000 o expressivo número de quase 800 milhões de turistas o que equivale a 15% da população mundial, gerando diretamente, divisas de aproximadamente US\$950 bilhões que correspondem a quase 9% do valor gerado pelas exportações. Admitindo-se uma relação conservadora de 4 por 1, entre volume turístico doméstico e internacional, atinge-se as estimativas de US\$3,2 bilhões de viagens e, na mesma hipótese, US\$3,6 trilhões em valor. Considerando-se que esse movimento de produção/consumo turístico provoquem impactos em outros setores de atividade, numa relação  $K=Z$  (sendo  $K$  a medida média, dos efeitos multiplicadores), chega-se ao valor de US\$5 trilhões de produto mundial, devido ao turismo que corresponde aproximadamente 12% do PIB mundial.

Naturalmente dado o significado desses números, essa atividade repercute em outros importantes agregados e variáveis da economia global.

O impacto do turismo nas relações econômicas de um país manifesta-se de forma diferenciada, segundo as características de cada localidade. Nos países que apresentam estruturas produtivas mais integradas basicamente os mais desenvolvidos, maiores são as internalizações de seus efeitos, como de resto dos demais setores da atividade. Assim também, os países preponderantemente receptores tendem a captar mais benefícios relativos, do ponto de vista econômico, do que os emissores. A importância do turismo numa economia

depende, basicamente, de suas pré-condições naturais e econômicas, existência de atrativos turísticos, infraestrutura urbana, equipamentos receptivos, acessibilidade ao mercado e integrada estrutura produtiva e, principalmente, do papel reservado do setor em sua estratégia de desenvolvimento sustentável. De modo geral, o turismo poderia constituir-se em um fenômeno equilibrador do crescimento econômico pela intensidade dos fluxos de áreas desenvolvidas às menos desenvolvidas. Mas, esse fluxo “regulador” não ocorre nas proporções desejadas, dado que, no caso dos fluxos internacionais, a maior parte orienta-se dos países desenvolvidos ao seus próprios mercados de significativas parcelas que são dirigidas a outros países desenvolvidos, restando participações apenas marginais (cerca de 15% a 20%) para os países em desenvolvimento.

É bem verdade que, para alguns desses países essa parcela marginal representa a base de sustentação de sua economia, tal é o estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Convém ressaltar, no entanto, que, mesmo positivos os efeitos multiplicadores desses recursos geradores sofrem “vazamentos” para fora da região, quando parcelas dos itens consumidos, como em insumo ou bens finais, são supridos pelo exterior.

Em vista de seus importantes impactos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento. No entanto, em nosso País ao estabelecer a hierarquia de prioridades no planejamento da economia, os órgãos governamentais não tem considerado a atividade, na medida desejada e potencialmente possível, entre as principais alternativas da política de desenvolvimento regional e nacional.

É forçoso conhecer-se que o progresso no setor, nos últimos anos, deve-se muito mais à decorrência de programas e iniciativas isoladas do que uma atuação coordenada que reflita claramente seus benefícios socioeconômicos culturais e humanos.

“Pior, as ações públicas, influenciadas por outras evidentes ordens de prioridade das autoridades monetárias, resultam no sentido contrário. Por conta da defasagem cambial, desde 1994 a 1998, entre outros fatores menos significantes, o turismo acumulou perda de divisas de mais de US\$12 bilhões.

Isto é, em um setor que nos últimos vinte anos, quando passou-se

contar com estatísticas reconhecidas pelo Banco Central, somente em 1991 e 1995 houvera sido registradas saídas negativas na conta de turismo.”

Por isso, os governos que pretendiam dinamizar uma estratégia de ações para ele, devem congrega todos os esforços disponíveis a fim de inseri-lo nos objetivos básicos do planejamento global, integrando-o efetivamente às demais atividades da economia.

Só assim poder-se-ão definir políticas coerentes e realistas considerando as condicionantes geoeconômicas e geoestratégicas do País e de suas regiões, bem como investigando e contemplando os múltiplos aspectos que compõe o fenômeno do turismo.

É justamente nesta intersectorialidade de ação conjunta e integra que reside, até hoje, o obstáculo maior que vem inviabilizando uma atuação eficaz dos órgãos públicos de turismo no Brasil.

Somam-se a isto as próprias tentativas da Política Nacional Turismo estabelecidas pela Embratur, e que não está produzindo os efeitos esperados, porque não é implementada e coadjuvada pelos órgãos público estaduais, municipais ou regionais de turismo.

E nos raros casos em que se logra algum êxito, nota-se que muitas iniciativas acabam se dissociando das diretrizes e metas fixadas.

Observa-se, ainda, que grandes investimentos em complexos turísticos construídos pela iniciativa privada, a maioria dos quais estimulados incentivados pelos Governos estaduais, não obedecem aos preceitos da política estratégica de desenvolvimento regional e do planejamento sustentável do turismo.

Tais empreendimentos não contribuem para a correção dos des-níveis econômicos e sociais da região onde se implantam, não geram emprego e trabalho para a população residente no entorno, e permanece fechadas insensíveis a uma adaptação de preços e, portanto, de competitividade e relação à demanda da maioria da população real e potencial do turismo nacional e até do internacional a que a maior parte se destina em seus equipamentos e objetiva a conquistar.

Chegou a hora de declarar que nenhuma instituição pública de turismo no País poderá prescindir, na atual conjuntura socioeconômica mundial, da cooperação direta e eficaz da iniciativa privada.

É ficção pensar que o Estado não tem papel algum a desempenhar em turismo. Pelo contrário, ele é e continuará sendo o regulador e

coordenador que dirige a política da área, ao mesmo tempo em que assegura que os serviços turísticos que mais satisfazem os visitantes sejam oferecidos pelos mais capacitados a fornecê-los.

Os estudos e experiências pertinentes ao passado histórico não mais refletem resultados positivos para a realidade atual do mundo e da nação, embora todos devamos reconhecer que foram eficientes e necessários alicerçando o patrimônio que se tem hoje.

O momento presente não é mais uma sequência temporal e linear. Houve no mundo todo, um corte institucional e social para a adaptação a um novo tempo de mudança desafiante: o da globalização, e o da totalidade também.

A pesquisa científica já não pode mais analisar isoladamente o conjunto teórico e prático dos postulados, hipóteses e achados de campos específicos do saber. A interligação, o interrelacionamento, a integração das múltiplas dimensões da vida demandam novas abordagens, novos métodos, novos instrumentos e nova aplicação operacionalizada do conhecimento do avanço tecnológico.

O sistema de parceria com a iniciativa privada é o único meio, a curto e médio prazo, para enfrentar a escassez pública de recursos financeiros disponíveis.

O Estado deverá pactuar um novo contrato social, com a redefinição de suas próprias responsabilidades. Esse deverá ser um esforço tremendo que busca construir um modelo de desenvolvimento integral, integrado e sustentável, possibilitando superar a reprodução da pobreza e na exclusão social causada pelo aumento das desigualdades provocado também pela globalização e esgotamento das verbas públicas. Caberá ao Estado, portanto, ter como missão impulsionar a co-responsabilização social solidária.

A participação social é o fator fundamental de reordenamento das relações de poder e de uma nova articulação entre os diferentes atores para possibilitar maior acesso aos serviços de forma geral, maior integração nos processos coletivos e aumentar a auto-estima e a constituição de cada um como sujeito de sua história. Por estas considerações e, principalmente pelo que foi amplamente debatido e, deliberado, resolveu-se redigir a CARTA DE GOIÁS.

## CARTA DE GOIÁS

Por decisão unânime, tomada em sessão Plenária do Primeiro Congresso Brasileiro da Atividade Turística, realizado de 5 a 7 de dezembro de 1999, Pousada do Rio Quente, região das Águas Quentes (Municípios de Rio Quente e Caldas Novas), Estado de Goiás. Numa iniciativa da Frente Parlamentar do Turismo — Parlatur, da Subcomissão Permanente, do Turismo da Câmara dos Deputados, do Ministério da Esporte e Turismo, da Embratur, do Conselho Consultivo do Turismo Nacional e da comunidade científica e acadêmica do turismo brasileira, com a presença do Ministro do Esporte e Turismo, do governador do Estado de Goiás, presidente da Embratur, presidente da Agetur, e a participação de secretários de estado e dirigentes estaduais e municipais do turismo, prefeitos e vereadores de municípios turísticos, presidentes de todas as entidades representativas do setor, trabalhadores em turismo e hospitalidade, deputados da Parlatur e da Subcomissão Permanente de Turismo da Câmara dos Deputados, deputados estaduais, diretores e professores de faculdades de turismo e hotelaria, elaborou-se para o conhecimento e divulgação pública nacional a Carta de Goiás, que contém as diretivas da Agenda Única Nacional que deverão nortear as estratégias das principais ações e medidas prioritárias visando a eliminar de vez os gargalos do Turismo no Brasil.

Foram escolhidos cinco macrotemas para as plenárias, quais sejam: Competitividade, Infraestrutura, Transporte, Financiamento e Legislação, todos analisados e debatidos também por pesquisadores e professores das universidades brasileiras, fato este, inédito no País.

As propostas que deverão nortear a Agenda Única Nacional, dentro de cada macro-tema são:

## FINANCIAMENTO

| PROBLEMAS                                                                                                                                           | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. O governo não está comprometido com o setor                                                                                                      | Tornar os governos municipal, estadual e federal mais atuantes na elaboração de projetos passíveis de financiamento, referendados pelos conselhos (municipal, estadual e federal) e tornar público através da publicação de atas das reuniões, em jornais locais as respectivas deliberações.               |
| 1.1 Dificuldade de formatação das estratégias turísticas.                                                                                           | Formatar estratégias turísticas atreladas ao PNMT, atendendo às exigências da cadeia produtiva.                                                                                                                                                                                                             |
| 1.2 Baixo poder de endividamento do Estado.                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 1.3 Falta de profissionalismo do Poder Público em todos os níveis.                                                                                  | Eliminar ingerências políticas nas ações técnicas de financiamento.                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1.4 Superposição das ações públicas.                                                                                                                | Maior integração entre os órgãos responsáveis pelas estratégias turísticas, quando da aprovação do financiamento.                                                                                                                                                                                           |
| 1.5 Não está claro o papel dos órgãos oficiais de turismo.                                                                                          | Divulgação da real competência de cada órgão envolvido no processo de financiamento.                                                                                                                                                                                                                        |
| 2. Dificuldade de acesso ao crédito                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 2.1 Desinformação dos agentes financeiros.                                                                                                          | Embratur: articular junto aos agentes financiadores que a informação atinja a base/ponta, bem como, junto aos gerentes das instituições financeiras credenciadas.                                                                                                                                           |
| 2.2 Comprometimento dos agentes repassadores.                                                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Criar uma diretoria específica para o turismo, no BNDES;</li> <li>– Unificar as linhas de crédito num banco que reúna todas as linhas de crédito para fomento do turismo; e</li> <li>– Agilizar o processo operacional junto aos agentes financiadores.</li> </ul> |
| 2.3 Risco de crédito não é compartilhado — Inadimplência;                                                                                           | – Criar fundo de aval para pequenos e médios empresários, até US\$200.000 ou seguro de crédito.                                                                                                                                                                                                             |
| 2.4 Os processos (documentação) são muito burocráticos, as condições de financiamentos são muito exigentes (garantias); prazos e taxas inadequadas. | Articular com os órgãos financeiros, melhores condições de negociação, reduzir taxas, alongar prazos, modernizar a política de turismo.                                                                                                                                                                     |

## FINANCIAMENTO

| PROBLEMAS                                                                                      | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.5 Dificuldade de elaboração de projetos, desinformação de como justificar o projeto.         | Os bancos necessitam credenciar consultoria especializada para apoiar os tomadores de crédito na elaboração de projetos, exigir monitoria e avaliação especializada durante a implementação do projeto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 3. Os recursos existentes são poucos                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 3.1 O Poder Público não tem recurso para marketing institucional, nem linhas de financiamento. | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Priorizar orçamentariamente por intermédio do remanejamento de verbas, a área do turismo a níveis, federal, estadual e municipal;</li> <li>— Estabelecer percentual orçamentário mínimo, para os três níveis de governo; e</li> <li>— Aplicação dos recursos em consonância com os planos diretores federal, estadual e municipal (estender o reconhecimento do selo turístico aos demais Ministérios).</li> </ul>                                                                                                                         |
| 3.2 Inexistência de crédito para montar estruturas de capacitação.                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Estabelecer percentual mínimo a ser aplicado na área de turismo, dos recursos provenientes do FAT, bem como, captar fundos de origem internacional com o mesmo objetivo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 3.3 Os incentivos fiscais são mínimos.                                                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar incentivos fiscais, por meio de leis federais que fomentem os investimentos e projetos turísticos Ex: Lei Rouanet (voltada para a cultura), (IPI, Imposto de Importação Ex: Parque Temático);</li> <li>— Aperfeiçoar os incentivos já existentes;</li> <li>— Estabelecer percentual orçamentário mínimo, para os três níveis de governo; e</li> <li>— Aplicação dos recursos em consonância com os planos diretores federal, estaduais e municipais (estender o reconhecimento do selo turístico aos demais Ministérios).</li> </ul> |
| 3.4 Inexistência de recursos suficientes para o setor privado.                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Disponibilizar no Orçamento da União, recursos direcionados para o setor turístico, a exemplo do Crédito Rural;</li> <li>— Estabelecer percentual legal mínimo compatível com as necessidades do setor;</li> <li>— Estabelecer percentual orçamentário mínimo, para os três níveis de governo; e</li> <li>— Aplicação dos recursos em consonância com os planos diretores federal, estadual e municipal (estender o reconhecimento do selo turístico aos demais Ministérios).</li> </ul>                                                   |

| PROBLEMAS                                                                                                                                 | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4. Pelo fato de os recursos serem escassos e as dificuldades serem muitas, a Embratur não informa devidamente sobre as linhas de créditos |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.1 Falta articular os programas e divulgá-los.                                                                                           | A Embratur funcionando como articulador de todos os dados nacionais relativos ao turismo (entre associações, sindicatos, enviar dados e monitorar os órgãos).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 4.2 Poucos recursos e divulgação do PNMT.                                                                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Banco de dados na prefeitura, cadastradas na Embratur;</li> <li>— Ampliação da abrangência do PNMT, formação de mediadores em todos os Estados; e</li> <li>— Incentivo para realização de todas as fases do PNMT.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                     |
| 4.3 Inexistência de uma cartilha informativa.                                                                                             | <p>Elaboração de cartilha ou jornal contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Informações básicas de linhas de crédito;</li> <li>— Detalhes de projetos;</li> <li>— Detalhes de carta-consulta; e</li> <li>— Experiências de sucesso.</li> </ul> <p>— Home page contendo informações atualizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— A nível de governo;</li> <li>— A nível de instituição financeira;</li> <li>— A nível de estado; e</li> <li>— A nível de município.</li> </ul> |
| 4.4 Dificuldade de operacionalizar programas de desenvolvimento.                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.5 Os municípios de iniciativa privativa não têm acesso ao Prodetur.                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.6 A contrapartida do poder público é muito alta.                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.7 O Prodetur está limitado a infraestrutura.                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Abrir as possibilidades de financiamento para municípios e iniciativa privada; e</li> <li>— Aceitar contrapartida do Poder Público ou permitir a troca por serviços quando o empreendimento for de interesse público.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                 |

## LEGISLAÇÃO

| PROBLEMAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. O turismo não atinge os objetivos por falta de assistência correta, legal e estrutural                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <p>1.1 A superposição de leis federal, estadual e municipal;</p> <p>1.2 Falta definir qual o papel que cada órgão de turismo deve desempenhar;</p> <p>1.3 Existe dificuldade de relacionamento entre os Segmentos e as estruturas do governo; e</p> <p>1.4 Posição ambígua da Embratur:</p> <p>Agência de Desenvolvimento<br/>X<br/>Órgão de fiscalização/polícia.</p> | <p>— Criação da Lei Geral do Turismo;</p> <p>— Reunir em uma única lei as atividades turísticas definindo a atuação das entidades de turismo federais, estaduais e municipais. (Obs.: Recomenda-se a criação de uma comissão constituída pelas entidades de turismo e demais interessadas, visando subsidiar à Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados); e</p> <p>— Adequar a Lei Medina (ou propor outra) à proposta da Embratur como agência de Desenvolvimento/Fomento e Promoção do Turismo, e não como órgão fiscalizador.</p> |
| 2. O turista precisa de mais segurança                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <p>— Intensificar ações do estado que garantam a segurança do turista para não compreender o produto turístico brasileiro;</p> <p>— Legislação Penal prevendo que crimes praticados contra o turista tenham penas aumentadas em razão de serem considerados condição agravante;</p> <p>— Implantar o 0800 da segurança do turista;</p> <p>— Qualificar policiamento para atender ao turista; e</p> <p>— Regulamentar os cassinos.</p>                                                                                                      |
| 3. Redução das férias escolares de verão a trinta dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <p>— Proposta para calendário escolar:</p> <p>a) Início em março;</p> <p>b) Férias de meio de ano repartidas com cada estado escolhendo o mês que lhe for mais conveniente;</p> <p>c) Cada município podendo decretar apenas um feriado por ano;</p> <p>d) Postergação ou antecipação para os feriados de meio da semana; e</p> <p>e) Fim do período letivo mais próximo possível do Natal.</p>                                                                                                                                            |
| 4. Pela não regulamentação da taxa de serviço os estabelecimentos cobram do cliente e pagam (por fora) sonogando                                                                                                                                                                                                                                                       | — Regulamentar o sistema de gorjeta a ser distribuído entre os trabalhadores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

| PROBLEMAS                                                                                                                        | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5. Falta de preparação das pessoas que atuam no setor                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 5.1 Há amadorismo dos empresários; dos trabalhadores e da fiscalização.                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar o Sestur e o Senartur (a exemplo dos Serviços Sociais Senai, Sebrae, etc.); e</li> <li>— Apoio à Confederação Nacional do Turismo para obtenção do Registro Sindical junto ao Ministério do Trabalho.</li> </ul>                                                                                                                                         |
| 6. Falta qualidade mínima dos equipamentos e serviços turísticos                                                                 | — Implantar o Sistema de Classificação de Serviços Turísticos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 7. Há ausência de leis específicas para o ordenamento de certas atividades o que agrava a carga tributária                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Dispor sobre as atividades de agências de viagem reconhecendo-lhes o papel de intermediadoras de serviços turísticos; e</li> <li>— Fazer estudos para subsidiar a reforma tributária quanto a atividade turística para não compreender a competitividade do preço do produto.</li> </ul>                                                                       |
| 8. Legislação trabalhista inadequada à atividade turística                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Sazonalidade: Ampliar o trabalho temporário (Lei nº 9.601/98);</li> <li>— Propor flexibilização da legislação trabalhista às necessidades e peculiaridades das atividades sazonais; e</li> <li>— Adequar a legislação trabalhista à realidade da atividade turística sem perda de direitos adquiridos (Projeto de Emenda Constitucional nº 587/98).</li> </ul> |
| 9. Não existem estímulos nem incentivos legais para aqueles que primam pela busca da qualidade e pela responsabilidade ambiental | — Criar instrumentos legais para incentivos/estímulos às empresas e aos destinos turísticos que adotem normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental.                                                                                                                                                                                                                                   |
| 10. A inexistência do fundo de aval para viabilizar crédito                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 11. Toda ação para incentivar o profissionalismo se perde com a manutenção do Decreto-Lei nº 2.294/86                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 12. Legislação sobre a concreta destinação de percentual sobre a receita municipal para o turismo                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 13. Reflexos da criação da Agência Nacional das Águas sobre o setor turismo                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

| PROBLEMAS                                                                                                                                  | PROPOSTAS                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 14. Setor de turismo não está articulando eficazmente sua participação nas agências e conselhos tipo: ANA, Aneel, Conama Anatel, CCTN, etc | — Articular politicamente a participação efetiva do turismo nas principais Agências/Conselhos Nacionais em temas afins: Aneel, ANA, Conama, etc. |
| 15. Ausência de nível de representatividade adequada do turismo na Câmara Federal                                                          | — Criar a Comissão Permanente de Turismo na Câmara dos Deputados.                                                                                |
| 16. Altos preços das passagens aéreas                                                                                                      | — Desregulamentação do setor aéreo.                                                                                                              |
| 17. Altos preços do aluguel de automóveis                                                                                                  | — Redução das alíquotas de impostos incidentes sobre veículos de aluguel.                                                                        |

## COMPETITIVIDADE

| PROBLEMAS                                                                                                                                                               | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Falta de informação                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 2. Desconhecimento do perfil das demandas<br>3. Identificação do potencial turístico nacional<br>4. Ausência de pesquisa<br>5. Falta de conhecimento sobre concorrência | — Indicar um gestor para compatibilizar pesquisas feitas por órgãos e segmentos da atividade turística;<br>— Organizar um banco de dados de informações;<br>— Avaliar as pesquisas existentes;<br>— Apoiar novas pesquisas; e<br>— Estimular a pesquisa universitária e empresarial para identificar os produtos dos concorrentes. |
| 6. Ausência do produto brasileiro no exterior                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 7. Entender os anseios do turista atual                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 8. Qualificação e adequação de mão-de-obra insatisfatória                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 9. Aumentar a eficiência, qualidade, serviços, produtividade<br>10. Capacitação técnica insatisfatória<br>11. Amadorismo                                                | — Introduzir no currículo do ensino fundamental noções básicas sobre o turismo; e<br>— Melhorar a qualidade de ensino superior, abrangendo gestores, planejadores e empreendedores turísticos.                                                                                                                                     |

| PROBLEMAS                                                                   | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 12. Gestão para qualidade                                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Incentivar a criação de cursos de treinamento em atualização de profissionais que estão atuando no mercado turístico;</li> <li>— Criar incentivos por meio de dispositivos legais para estimular a reciclagem de mão-de-obra empregada;</li> <li>— Ampliar, estimular e possibilitar a criação de cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio;</li> <li>— Criar mecanismos para supervisionar a qualidade de ensino, especialmente a nível médio e superior, impondo sanções adequadas;</li> <li>— Promover ações no sentido de conscientizar o empresariado e a sociedade da necessidade de uma reciclagem sistemática de mão-de-obra empregada; e</li> <li>— Formar formadores para os cursos de turismo.</li> </ul> |
| 13. Falta consciência da comunidade para a importância econômica do turismo | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Viabilizar condições para a comunidade participar das decisões políticas do turismo e da gestão dos recursos;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 14. Falta de patriotismo                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Reforçar a importância do papel da comunidade no desenvolvimento do turismo sustentável;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 15. Ausência do conceito de cidadania na comunidade                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Organizar os segmentos comunitários em associações para que possam contribuir na economia local;</li> <li>— Transmitir o conceito de cidadania em toda sua amplitude; e</li> <li>— Elaborar planos de desenvolvimento do turismo sustentável, integrado e participativo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 16. Custo do marketing turístico                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar código de ética da imprensa para proteger a imagem do Brasil;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 17. Alto custo indireto da mão-de-obra                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Quebrar barreiras para estimular a concorrência do transporte aéreo;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 18. Preço do transporte aéreo                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Coibir a prática de tarifação dupla de hotéis;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 19. Preço da hotelaria                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Estimular parcerias com empresas estatais nas campanhas de promoção turística;</li> <li>— Modernização dos portos e ampliação da navegação turística;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 20. Preço do receptivo                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Incentivar a hotelaria a implantar sistema de qualidade; e</li> <li>— Implantar o 0800 nas estradas.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

| PROBLEMAS                                                                                               | PROPOSTAS                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21. Descompromisso do setor econômico em relação ao ambiente, ao humano e social: falta visão holística | — Educar para a sensibilização ambiental todos os atores sociais do turismo (governo, empresário, comunidade, turistas);                   |
| 22. Cultura de mercado imedialista                                                                      | — Planejar com a comunidade e com as necessidades do cliente; e                                                                            |
| 23. Falta de economia de escala                                                                         | — Comprometimento com o planejamento.                                                                                                      |
| 24. Pouco conhecimento do conceito “economista de escala”                                               | — Pensar na economia de escala com a criação de novos produtos turísticos; e                                                               |
| 25. Falta de inovação dos produtos turísticos                                                           | — Estimular e incentivar o desenvolvimento de clusters turísticos.                                                                         |
| 26. Falta de definição de roteiros integrados a nível de regiões                                        | — Agregar aos produtos turísticos existentes novas atividades;                                                                             |
| 27. Falta de iniciativa municipal no fomento em gestão do turismo                                       | — Estimular as manifestações culturais locais;                                                                                             |
| 28. Vontade política municipal ainda não generalizada                                                   | — Criar exposições permanente do artesanato local; e                                                                                       |
| 29. Insuficiência/inadequação de ro ramas de incentivos                                                 | — Ampliar os roteiros existentes agregando novos produtos.                                                                                 |
| 30. O sufocamento exercido pelas grandes empresas sobre as pequenas empresas                            | — Priorizar a atividade turística no plano diretor dos municípios; e                                                                       |
|                                                                                                         | — Capacitar os prefeitos em gestão municipal nos municípios turísticos brasileiros para atenderem as exigências do PPA/federal e estadual. |
|                                                                                                         | — Organizar as comunidades dos pequenos destinos;                                                                                          |
|                                                                                                         | — Evitar o turismo “ilhado”;                                                                                                               |
|                                                                                                         | — Fortalecer os valores culturais, sociais, naturais dos pequenos destinos;                                                                |
|                                                                                                         | — Organizar informações sobre o lugar e maior divulgação do produto; e                                                                     |
|                                                                                                         | — Fazer parceria entre as partes interessadas.                                                                                             |

## TRANSPORTE

| PROBLEMAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Política                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 1.1 falta de política de transporte para o turismo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar uma política de transporte para o turismo; e</li> <li>— Identificar recursos e fontes de financiamento nacional e internacional.</li> </ul>                                                                                                                |
| 2. Investimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 2.1 Inexistência de recursos governamentais específicos para o setor;<br>2.2 Ausência de financiamentos com juros, carência e prazos acessíveis;<br>2.3 Investimento insuficiente no transporte para o turismo; e<br>2.4 Pouca priorização de recursos para recuperar rodovias.                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Elaborar projetos integradores da modalidade de transportes para habilitação de recursos;</li> <li>— Aumentar e estimular os investimentos financeiros para melhoria dos equipamentos; e</li> <li>— Criar linhas de crédito específicas para o setor.</li> </ul> |
| 3 Infra-estrutura                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 3.1 Infra-estrutura inadequada;<br>3.2 Precariedade dos pontos de apoio nas rodovias e rodopontos;<br>3.3 Falta de terminais de estacionamento nos grandes centros;<br>3.4 Ausência de segurança nas estradas;<br>3.5 Falta de infra-estrutura adequada para cada segmento do transporte turístico; e<br>3.6 Precariedade dos pontos de apoio nas rodovias e rodopontos. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4 Legislação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.1 Entraves e casuísmos na legislação dos meios de transportes;<br>4.2 Deficiência da fiscalização dos órgãos: Ex: DNER, Receita Estadual, Municipal, etc.                                                                                                                                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Rever legislação, atualizá-la e corrigir distorções;</li> <li>— Ampliar a fiscalização tornando-a mais educativa e informativa; e</li> <li>— Evasão de receita pelo transporte informal.</li> </ul>                                                              |
| 5. Integração                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 5.1 Falta de integração entre os transportadores, agentes de viagens e hoteleiros.                                                                                                                                                                                                                                                                                       | — Criar mecanismos que facilitem a integração entre os vários segmentos do turismo.                                                                                                                                                                                                                       |

| PROBLEMAS                                                           | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5.2 Oscilação da tarifa hoteleira impactando os pacotes turísticos. | — Criar mecanismos para melhorar a distribuição do fluxo turístico.                                                                                                                                                                                        |
| 6. Mão-de-obra                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 6.1 Deficiência na qualificação e capacitação da mão-de-obra.       | — Oferecer cursos de capacitação profissional de “nível médio”.                                                                                                                                                                                            |
| 7. Vôos Charters                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 7.1 Dificuldades de expansão de vôos charters.                      | — Estimular vôos charters pelas empresas de transporte regular;<br>— Incentivar a criação e o desenvolvimento de empresas dedicadas a vôos charters; e<br>— Abreviar regulamentação da ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil, através de lei ordinária. |

# AÇÕES E RESULTADOS

## INFRAESTRUTURA BÁSICA

As questões de infraestrutura básica e turística são fundamentais para desenvolver o turismo brasileiro devendo ser conduzidas com base no seguinte:

### PRINCÍPIOS GERAIS:

- a) Preservação do meio ambiente privilegiando o conceito da sustentabilidade;
- b) Valorização da herança cultural com manutenção das identidades regionais e diferenciação competitiva dos produtos turísticos; e
- c) Tomar a atividade turística como fonte de empregos, renda e redução das desigualdades regionais.

### CONDICIONANTES:

- a) Vontade e determinação política;
- b) Continuidade; e
- c) Conscientização da população para a importância da atividade turística.

## TRANSPORTE

| PROBLEMAS                                 | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Saneamento                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 1.1 saneamento (água, esgoto) deficiente. | <ul style="list-style-type: none"><li>— Exigir tratamento de esgoto para cidades “credenciadas” como turísticas;</li><li>— Classificar municípios como turísticas somente aqueles que investem em saneamento; e</li><li>— Criar mecanismos para priorizar investimentos estaduais e municipais em saneamento.</li></ul> |

| PROBLEMAS                                                                                                                                   | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2. Acesso                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 2.1 Dificuldade de vias de acesso aos destinos e circulação interna; e<br>2.2 Sinalização rodoviária e turística deficiente e insuficiente. | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Implantar sinalização turística;</li> <li>— Construção e conservação das vias de acesso; e</li> <li>— Ampliar e equipar os aeroportos das cidades consideradas destinos turísticos.</li> </ul>                                                                                         |
| 3. Serviços de apoio                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 3.1 Serviços de apoio deficientes: comunicação, segurança, saúde, etc.                                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Trabalhar a integração dos elos do turismo e segurança, como programa específico;</li> <li>— Implantar linha única nos moldes dos 0800 para serviços de apoio ao turismo (emergencial);</li> <li>— Reequipar a polícia rodoviária; e</li> <li>— Criar conventions bureau.</li> </ul>   |
| 4. Limpeza                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 4.1 Limpeza urbana perfeita.                                                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Conscientizar os gestores municipais para cobranças efetivas de taxas de serviços;</li> <li>— Criar mecanismos para priorizar investimentos estaduais e municipais em limpeza; e</li> <li>— Conscientização em educação ambiental para turismo nos segmentos da comunidade.</li> </ul> |
| 5. Energia                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 5.1 Energia deficiente e instável.                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Incentivar o uso de energia alternativa para empreendimentos turísticos.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                    |
| 6. Propostas gerais para infraestrutura básica                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>— União e estados agilizar imediatamente os Prodetur/Proecotur;</li> <li>— Considerar as especificidades do setor de turismo para direcionar na infraestrutura básica;</li> <li>— Exigir a criação de planos diretores; e</li> <li>— Alocar verbas nos orçamentos anuais.</li> </ul>     |

## INFRAESTRUTURA BÁSICA

| PROBLEMAS                                                                         | PROPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Recurso Humanos                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 1.1 Inadequação de capacitação de empresários e profissionais da área de turismo. | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Capacitar pessoas envolvidas com o turismo;</li> <li>— Aumentar os recursos do “FAT” para formação e qualificação de recursos humanos na área turística em todos os níveis;</li> <li>— Criar o serviço nacional de aprendizagem turística nos moldes do Senac e Senai;</li> <li>— Estimular a presença de um profissional (com nível superior) em cada empresa de turismo;</li> <li>— Oferecer cursos de especialização em atrativos para guias de turismo; e</li> <li>— Viabilizar a continuidade do programa “iniciação escolar para turismo” na rede pública e particular de ensino.</li> </ul> |
| 2. Informação                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 2.1 Informações/orientações deficientes e inadequadas sobre destinos e atrativos. | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Realizar trabalho de conscientização com os moradores sobre a qualidade de receptividade;</li> <li>— Montar bureaus de informações turísticas na entrada das cidades;</li> <li>— Destinar mais recursos para a informação e divulgação do produto turístico (União, Estado e Município); e</li> <li>— Criação de bancos de dados estatísticos.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                          |
| 3. Hospedagem                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 3.1 Meios de hospedagem inadequados para o desenvolvimento do turismo interno.    | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Classificar sistematicamente os meios de hospedagem.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 4. Equipamentos                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 4.1 Falta de centros de convenções específicos e nos hotéis.                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Conhecer o retorno que o turismo de eventos oferece direta e indiretamente a uma cidade.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 5. Entretenimento                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 5.1 Poucas opções de lazer.                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Diversificar as opções de lazer;</li> <li>— Legalizar os cassinos; e</li> <li>— Utilizar a identidade cultural como elemento do produto turístico e entretenimento.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 6. Gastronomia                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 6.1 Cultura da culinária local não é valorizada.                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>— Realizar festivais gastronômicos locais; e</li> <li>— Feiras nacionais de comidas típicas.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

## PROPOSTAS COMPLEMENTARES DE INICIATIVA DA PLENÁRIA GERAL

### INFRAESTRUTURA

- Adaptação da infraestrutura básica e turística para atender pessoas portadoras de deficiências;
- Orientar a certificação ISSO 9000 e ou ISSO 1.400 nas estruturas de hospedagem;
- Vincular a classificação de município turístico àqueles com projeto de zoneamento de todo o seu território, além de dar um prazo para que os municípios já classificados se adaptem à nova situação;
- Vincular o selo de município turístico à performance na área de segurança pública;
- Exigir redução de índices de criminalidade a padrões compatíveis com a atividade turística de acordo com estatísticas mundiais; e
- Implantar aterros sanitários no sentido de eliminar os lixões.

### FINANCIAMENTO

- Contemplar no Orçamento Geral da União (OGU), as recomendações da Organização Mundial do Turismo quanto a destinação de 2% do PIB do setor turismo, para investimentos em marketing e promoções;
- Ajudar os termos de contratos de financiamento a característica do negócio turístico, no tocante a prazos — carência e pagamento — de acordo com o fluxo de receita e outras características com investimento inicial;
- Dar mais ênfase à questão de incentivo a geração de empregos no turismo por meio da criação de novos produtos turísticos;
- Considerar equipamentos para a atividade turística — ônibus, vans, bares, equipamentos para parques temáticos como bens de capital e não bens de consumo; e
- Criar uma lei de incentivo fiscal, baseada no modelo da Lei Rouanet voltada para turismo de eventos, onde o ISS será aplicado no segmento para captação e fomento no andamento dos congressos e feiras.

## TRANSPORTE

- Criar incentivos fiscais para a criação e modernização dos portos marítimos e fluviais e ferrovias;
- Instalar 0800 nas estradas com cabines telefônicas;
- Contemplar com legislação específica, verbas e financiamentos para terminais marítimos e hidroviários; e
- Adaptar os meios de transporte para deficientes físicos.

## LEGISLAÇÃO

- Na taxação das águas, isentar as águas termais e sulfóreas (criar a zona franca para tributação das águas);
- Tratamento diferenciado na taxação das águas para o setor da agricultura;
- (ECAD) verificar a forma de aplicação da Lei nº 9.610/98;
- Reforma tributária que viabilize a redução de custos do setor, que tornará o turismo acessível a toda sociedade brasileira.
- Compatibilizar as legislações estadual e federal no que tange ao pagamento de licenças para a prática da pesca amadora e esportiva evitando a superposição entre as taxas estaduais e as taxas exigidas pelo Ibama;
- Criar mecanismos legais para determinar que todo o recolhimento obtido pelo pagamento de licenças para pesca amadora e esportiva seja aplicada no desenvolvimento desse setor (estima-se que dez milhões de turistas praticam essa modalidade de lazer);
- É necessário que haja uma legislação específica sobre os lagos de Goiás que faz divisa com Minas Gerais, onde é permitida a pesca profissional (é impossível desenvolver a pesca esportiva nos municípios com esse problema, pois não sobra peixe para o lado goiano);
- Solicitar a devolução dos Projetos de Lei nº 1.616 e 1.617 que se encontram em discussão na Câmara dos Deputados para sua validação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos — CNRH;
- Rever a Lei do “CADE” que inviabiliza a atividade do lazer e do turismo de eventos; e
- Fazer valer a lei do organizador de eventos e do guia de turismo, que deve ser fiscalizada pela Embratur e pelos estados.

## PODER LEGISLATIVO FEDERAL

| AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | RESULTADO                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aprovar a Lei Nacional do Turismo.                             <ul style="list-style-type: none"> <li>— Definir claramente os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Turismo e suas atribuições.</li> <li>— Definir a Política Nacional de Turismo, seus objetivos e diretrizes, considerando o exercício das ações de planejamento, controle de qualidade, fiscalização, fomento, transporte, promoção, formação, qualificação e capacitação nos níveis básico, técnico e gerencial.</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assegurar uma base institucional que permita a integração e organização necessárias para o desenvolvimento do turismo.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar a Comissão Permanente de Turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar a representatividade política do turismo no Congresso.</li> </ul>                                                         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Dar seguimento aos estudos com relação às férias repartidas visando implantar o conceito num projeto piloto- to estadual, preferencialmente em São Paulo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planejar o fluxo do turismo interno e reduzir sua sazonalidade.</li> </ul>                                                        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Projeto de lei criando o Serviço Social do Turismo — SESTUR, e o Serviço Nacional de Aprendizagem no Turismo — SENATUR.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Dispor de institutos de serviço social e de treinamento específico para o setor.</li> </ul>                                       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aprovação da Lei dos Cassinos em tramitação no Senado Federal.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assegurar condições para interiorização estratégica do turismo, com geração de emprego e renda.</li> </ul>                        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Projeto de lei para criar o Contur Federal e nos estados, bem como os CONTUR (Conselhos de Turismo) municipais, todos obrigatórios, deliberativos e paritários.</li> <li>● Lei condicionando a concessão de recursos federais para o turismo à existência de recursos e estímulos estaduais e municipais para o turismo, em consonância com o Plano Diretor de Turismo aprovado pelo respectivo Contur.</li> </ul>                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Comprometer os Estados e Municípios a investirem no desenvolvimento do turismo.</li> </ul>                                        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Projeto de lei adequando o fundo de aval atual para pequenos e médios empresários do turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Garantir o acesso de pequenos e médios empresários do turismo.</li> </ul>                                                         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Projeto de lei com incentivos fiscais para importação de equipamentos utilizados na atividade turística que não tenham similares produzidos no Brasil.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Modernização e inovação dos serviços turísticos.</li> </ul>                                                                       |

| AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | RESULTADO                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Projeto de lei para normatizar a cobrança de taxa de serviço.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Transparência para o consumidor sobre a obrigatoriedade e destinação do pagamento de serviços; e</li> <li>● Evitar a utilização indevida das taxas de serviços.</li> </ul>                                     |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Realizar o 2º Congresso Brasileiro da Atividade Turística.</li> <li>● Realizar Seminário Nacional para tratar Lei Nacional de Turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Organização da agenda anual única do turismo nacional;</li> <li>Ações integradas e sinérgicas; e</li> <li>● Oferecer ao relator da matéria proposta de substitutivo aos PL em tramitação no Senado.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Atualizar toda legislação que impacta a atividade turística: tributária, transportes, trabalhista, previdenciária, direitos autorais (ECAD), águas, comunicações, energia elétrica e de meio ambiente. Especialmente a Lei nº 9.601/98, o Projeto de Emenda Constitucional nº 587/98 e os Projetos de Lei nº 1.616 e 1.617.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Eliminar entraves legais ao exercício das atividades turísticas; e</li> <li>● Valorizar os profissionais do setor.</li> </ul>                                                                                  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar uma base tributária única, de âmbito municipal (futuro IVV contido na reforma tributária) para os segmentos de hospedagem e alimentação.</li> </ul>                                                                                                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Dotar os municípios de maior receita para investimento no turismo.</li> </ul>                                                                                                                                  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>● Reunir os órgãos de imprensa (filiação à Abert), proprietários e chefes de redação, com o objetivo de debater o papel dos meios de comunicação no desenvolvimento do turismo brasileiro.</li> </ul>                                                                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Melhorar a imagem do Brasil.</li> </ul>                                                                                                                                                                        |

## PODER EXECUTIVO FEDERAL

### COMPETIVIDADE

| AÇÕES                                                                                                                                                         | RESULTADO                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério do Trabalho</li> <li>Conselho do Registro Sindical à Confederação Nacional do Turismo — CNTur.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Considerar a representação patronal no turismo.</li> <li>● Assegurar o retorno das contribuições do setor para a atividade turística.</li> </ul> |

| AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | RESULTADO                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo Federal                             <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar o Ministério do Turismo.</li> <li>— Criar a ANATUR - Agência Nacional do Turismo.</li> <li>— Criar a Agência Nacional de Promoção do Turismo.</li> </ul> </li> </ul>                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assegurar uma base institucional que permita a integração e organização necessárias para o desenvolvimento do turismo, observando-se a função precípua de Estado que é de planejar, fiscalizar e promover.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• EMBRATUR                             <p>Aparelhar a Embratur com recursos financeiros para viabilizar a reativação do Centro Brasileiro de Informação Turística — CEBITUR, para captação, disseminação e gerenciamento de dados estatísticos, agentes e linhas de crédito, legislação, formulários e outros (meios impressos e eletrônicos).</p> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Disponibilizar informações atualizadas sobre o turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                    |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Defesa                             <p>Criar a ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil.</p> </li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Fomentar, regular e reduzir custos.</li> </ul>                                                                                                                                                                        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério do Turismo                             <p>Criar um programa nacional para reciclagem de professores, do sistema de ensino, visando aprimorar conhecimentos na área do turismo.</p> </li> </ul>                                                                                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar a cultura do turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria Interministerial                             <p>Condicionar a liberação de recursos ao cumprimento da legislação vigente de acessibilidade aos portadores de deficiências.</p> </li> </ul>                                                                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Democratização do turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo Federal                             <p>Esclarecer corretamente (disponibilizar informações) sobre a sistemática do BID com os Prodetur.</p> </li> </ul>                                                                                                                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Informação adequada sobre o Prodetur.</li> </ul>                                                                                                                                                                      |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria Interministerial                             <p>Direcionar os estímulos governamentais para empreendimentos turísticos e que adotem sistema de gestão de qualidade reconhecimento e aprovado pelo Ministério do Turismo.</p> </li> </ul>                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Excelência dos serviços.</li> </ul>                                                                                                                                                                                   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• EMBRATUR                             <p>Desenvolver pesquisa estadual (São Paulo), visando analisar a viabilidade da implantação do projeto piloto com o conceito de férias repartidas.</p> </li> </ul>                                                                                                                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>● O Estado de São Paulo é o maior emissor e receptor de turistas nacionais.</li> <li>● Há predisposição favorável do Governo Estadual.</li> <li>● Reduzir a sazonalidade do turismo interno.</li> </ul>                 |

| AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | RESULTADO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| • EMBRATUR<br>Intensificar as campanhas publicitárias.                                                                                                                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Estimular a consciência turística e o sentimento cívico do cidadão.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                             |
| • Governo Federal<br>Aplicar 2% da receita obtida com o turismo receptivo internacional em campanha de promoção dos destinos turísticos nacionais.                                                                                                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar a promoção do turismo nacional no mercado interno e no mercado internacional.</li> <li>● Seguir orientação da Organização Mundial do Turismo sobre promoção do turismo pelos países.</li> </ul>                                                                                    |
| • Governo Federal e o trade<br>Instituir chancela (comissão formada por membros do Governo Federal e do trade) para distinguir destinos turísticos, organismos, empresas e profissionais que adotem ou contribuam para adoção de métodos de gestão de qualidade para o desenvolvimento do turismo nacional.       | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assegurar meios para empresas de turismo nacionais se tornarem mais competitivas.</li> <li>● Estimular a competitividade e a melhoria da qualidade na prestação de serviços turísticos.</li> </ul>                                                                                         |
| • Ministério da Educação<br>Participar dos Conselhos Nacionais: da Saúde, do Meio Ambiente, do FAT e da Educação. Igualmente, assegurar representação nas agências: de Promoção (Ministério do Desenvolvimento) ANA, Anatel, Anel e ANP.                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Credibilidade dos cursos de turismo.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                            |
| • Ministério dos Transportes<br>Alterar a Lei de criação do FNMM — Fundo Nacional de Marinha Mercante, possibilitando a destinação de 10% da arrecadação para aquisição de equipamentos o fomento do turismo náutico.                                                                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assegurar maior representatividade do turismo nas ações de Governo. Turistificar o Brasil.</li> </ul>                                                                                                                                                                                      |
| • BNDES e demais instituições públicas de crédito<br>Criar a Diretoria de Turismo, Comércio e Serviços.                                                                                                                                                                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Comprometimento das instituições financeiras públicas federais com o desenvolvimento da atividade turística brasileira.</li> </ul>                                                                                                                                                         |
| • BNDES<br>Operar linha de crédito para investimento, bens de consumo e capital de giro, no turismo nacional, nas seguintes condições:<br>• Acesso direto: R\$ 1 milhão<br>• Spread: 1% unificado<br>• Juros: 1% + TJLP<br>• Amortização: 20 anos<br>• Carência mínima: 3 anos<br>• Taxa de administração: isento | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Comprometimento das instituições financeiras públicas federais com o desenvolvimento da atividade turística brasileira.</li> <li>● Dar consciência técnica e continuidade ao processo de desenvolvimento turístico, tornando-o independente de interesses pessoais e eleitores.</li> </ul> |

| AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | RESULTADO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições públicas de crédito                         <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar linhas de créditos específicas visando atender projetos prioritários destinados a:</li> </ul> </li> <li>1. Empresas da atividade turística que pretendam implantar métodos de gestão da qualidade, implantação de sistemas de coleta e obtenção e disseminação da informação turística, elaboração de planejamento estratégico, planos diretores de turismo e seus desdobramentos nas áreas de planejamento, gestão ambiental e marketing.</li> <li>2. Para o consumidor do turismo interno.</li> <li>3. Para agências de viagens e turismo, agências de viagem e hotéis, destinados à formatação de produtos nacionais.</li> <li>4. Para a aquisição de bens de consumo, equipamento e modernização empresarial (vans, computadores, mídia eletrônica etc.).</li> <li>5. Para projetos de infraestrutura urbana nos municípios turísticos ou com potencial turístico definidos pela Embratur, destinados a:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>— Educação e saúde;</li> <li>— Rede de abastecimento de água e galerias pluviais;</li> <li>— Rede coletora de esgoto;</li> <li>— Estradas vicinais e acessos;</li> <li>— Comunicações;</li> <li>— Aeródromos e terminais de passageiros;</li> <li>— Segurança;</li> <li>— Limpeza pública e energia elétrica;</li> <li>— Sinalização turística; e</li> <li>— Centros de informações turísticas.</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Dinamização do turismo interno.</li> <li>● Produtos formatados.</li> <li>● Melhorar a prestação de serviços.</li> <li>● Alocar os recursos financeiros necessários e promover a melhoria da infraestrutura urbana e turística nas localidades com potencial turístico.</li> </ul> |

## INFRA-ESTRUTURA

| AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | RESULTADO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo Federal<br/>Criar corredores de desenvolvimento turístico.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Otimização das ações e dos recursos.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria Interministerial<br/>Implantar linha única (sistema 0800) para serviços emergenciais e apoio ao turista.</li> <li>• Ministério dos Transportes<br/>Unificar o número telefônico nos postos da Polícia Rodoviária Federal.</li> </ul>                                                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assegurar sistema rápido e eficiente para segurança, informação e conforto ao turista.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo Federal<br/>Decreto definindo como locais turísticos prioritários:<br/>a) Aqueles integrantes das áreas incluídas nos programas do Prodetur e Corredores Turísticos; e<br/>b) Os Estados e Municípios que com- provem estar realizando algum tipo de investimento em planejamento e infraestrutura turística urbana.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Concentração dos investimentos e otimização dos recursos governamentais, evitando sua pulverização.</li> <li>● Utilização do princípio da contrapartida de recursos como priorização de investimentos e como forma de avaliação da efetiva vontade política de Estados e Municípios em desenvolverem seu potencial turístico.</li> </ul> |

A Carta de Goiás inaugura e introduz uma sequência de encontros nacionais do turismo, dos únicos representantes autorizados e qualificados para fazer o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro de forma planejada, integrada e interativa em todos os níveis do Poder Público, bem como nas diversas formas da iniciativa privada e das organizações sociais em conjunto com o conhecimento, a técnica e a pesquisa acadêmica. Em suma, a aliança permanente, dinâmica e articulada entre o Legislativo, o Executivo, os empreendedores e a comunidade científica.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS  
TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE

SRTVS Quadra 701 - Conjunto D - Lote 5 Bl. B Salas 227 a 234 - Cep: 70.340-907 Brasília-DF  
Fone: (61) 3322-6884 Fax: (61) 3321-2688  
Home page: <http://www.contratuh.org.br>  
E-mail: [contratuh@contratuh.org.br](mailto:contratuh@contratuh.org.br)

DIRETORIA ADMINISTRATIVA EFETIVA

Diretor Presidente  
MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD  
Vice-Presidente  
FRANCISCO CALASANS LACERDA  
Secretário Geral  
GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO  
Primeiro Secretário  
JOSÉ RAMOS FÉLIX DA SILVA  
Tesoureiro Geral  
WILSON PEREIRA  
Primeiro Tesoureiro  
ROOSVELT DAGOBERTO SILVA  
Diretor de Planejamento  
DIRCEU DE QUADROS SARAIVA  
Diretor de Patrimônio  
RAIMUNDO FREIRE DA COSTA  
Diretora de Assuntos Previdenciários  
MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER  
Diretora de Assuntos Parlamentares  
VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS  
Diretor de Assuntos Sindicais  
LUIZ ONOFRE CHAVES DE BRITO

Diretoria Executiva Efetiva

Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares  
JADIR RAFAEL DA SILVA, MARCOS SÉRGIO  
DA SILVA e SÉRGIO TRAJANO DE SÁ

Refeições Coletivas e Afins  
DIVINO MARQUES BRAGA, LUIZ HENRIQUE  
PEREIRA DA SILVA e ODEILDO RIBEIRO DOS  
SANTOS

Turismo e Casas de Diversões  
ELISSON ZAPPAROLI, EUGENIO LOPES BUCH e  
MARIA ROSALINA BARBOSA GONÇALVES

Asseio e Conservação e Serviços  
JAISON DA SILVA, JOAQUIM PEDRO DOS  
SANTOS FILHO e MARIA INÊS CONTINI

Edifícios e Condomínios Residenciais,  
Comerciais e Mistos Compra, Venda, Locação  
e Administração de Imóveis Residenciais e  
Comerciais Conservação de Elevadores  
CÍCERO PEREIRA DA SILVA, CLÁUDIO  
FERNANDES ROCHA e SONIA REGINA  
BARCELOS VIDAL

Instituições Beneficentes, Religiosas e  
Filantrópicas  
CICERO SANTOS DA SILVA, FRANCISCO  
RODRIGUES CORREA e SÉRGIO ANTONIO  
ALVES DO CARMO

Lavanderias e Similares  
HÉLIO AMÂNCIO PINTO, JAIR UBIRAJARA DA  
SILVA e JOSÉ MARIA DOS SANTOS

Institutos de Beleza e Cabeleireiros de  
Senhoras, Barbeiros, Lustradores de Calçados  
LAUDICÉIA DO CARMO, MARIA AUGUSTA  
VIEIRA e WILSON AVELINO DE SOUZA

Conselho Fiscal Efetivo  
AGAPITO LOPES PEREIRA  
HENRIQUE BUBLITZ  
LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Conselho Fiscal Suplente  
BRASILINA NETA AVELINO SANTOS  
HEVELARTE GALVÃO DO NASCIMENTO  
JOSÉ GUIMARÃES

Suplentes da Diretoria  
ADEILMO PEDRO SOUZA  
ANA MENDONÇA SILVA  
ANÉSIO SCHNEIDER  
ANTONIO FRANCISCO DOS ANJOS FILHO  
ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA  
ANTONIO SOUZA CORREIA  
CÍCERO LOURENÇO PEREIRA  
DIANARUSI ALMEIDA BRITO  
DIONES JOSEFINA SANGALLI  
EDIMUNDO ALVES DOS SANTOS  
EDUARDO BORGES GARCIA  
ELESBAO FERREIRA OLIVEIRA  
FLÁVIO DIAS DA SILVA  
FRANCISCO DE CASTRO CARDOSO  
GERALDO PEREIRA DA SILVA  
JAISON DA SILVA

JANARI VEIRA DA ROCHA  
JOCI LUIZ DE SOUZA  
JONAS HILÁRIO DA SILVA  
JOSÉ ALVES ALENCAR  
JOSE RENALDO CORREA DE ABREU  
LUIZ GUSTAVO DE FALCO  
LUIZ CARLOS DE CARVALHO  
LUIZ CARLOS GARCIA DUENHA  
LUIZ VECCHIA  
MARIA DA PENHA MESQUITA DE SOUSA  
MARIA IÊDA DOS SANTOS CABRAL  
MILTON FERREIRA DO AMARAL  
ORLANDO LOURENCEL RANGEL  
RAPHAEL ESTEVAM DA SILVA AUERSWALD  
SANDRA MARIA SILVEIRA JORGE  
VALCEMIR LOPES NAVEGA  
VILSON OSMAR MARTINS  
WILLIAM ROBERTO CARDOSO ARDITTI



## Anotações

This image shows a single page of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.